

**RELATÓRIO DE PARTICIPAÇÃO DA ADUFERPE NO SEMINÁRIO
NACIONAL SOBRE POVOS INDÍGENAS E QUILOMBOLAS NO BRASIL: O
ESTADO CONTRA AS NAÇÕES INDÍGENAS E QUILOMBOLAS – A
QUESTÃO DA TERRA**



Foto: Curumim Guarani-Kaiowá *desconfia de branco fotógrafo.*

Representantes: Aderaldo Alexandrino e José Nunes

Denominação do evento: Seminário Nacional sobre Povos Indígenas e Quilombolas no Brasil

Organização do evento: ANDES-SN

Período de realização: 01 e 02 de novembro de 2013.

Localidade do evento: UFGD – Dourados/MS.

Conjuntura e Discussão:

O Seminário Nacional sobre Povos Indígenas e Quilombolas no Brasil, do ANDES-SN, aconteceu nos dias 01 e 02 de novembro na cidade de Dourados – MS. A mesa de abertura contou com representações do ANDES-SN, da ADUEMS e ADUFDourados (seções sindicais organizadoras do evento), além de representações dos povos indígenas Terena e Guarani-Kaiowá.

Na conferência de abertura Alberto Terena e Eliseu Guarani-Kaiowá expuseram os graves conflitos enfrentados pelos indígenas na luta pela terra, naquela região.

Alberto Terena destaca que nas diferentes frentes de retomada do território de seu povo, há confrontos com os representantes do agronegócio e, muitas vezes, com o Estado, que culminam com vítimas fatais ou com lesões corporais graves, como casos de paraplegia de muitos jovens alvejados a bala.





Alberto Terena, concedendo entrevista sobre o conflito na Fazenda Buriti, Município de Sidrolândia – MS.

Tais indígenas têm enfrentado um grave processo de criminalização das lutas, com diversas prisões de lideranças, em situações forjadas, fundamentadas em acusações esdrúxulas, como, por exemplo, de estoque de armas nas aldeias. O Estado representado nos diferentes níveis busca barrar os processos das retomadas dos *tekoha* na região, o que só aumenta os conflitos. Esta busca se expressa nos longos processos marcados pela morosidade desde os levantamentos antropológicos até as demarcações.

Segundo Alberto Terena, os *tekoha* dos povos originários foram objeto da Constituição Federal de 1988, que estabelecia cinco anos como prazo para que as mesmas fossem demarcadas. Pelo contrário o que se assiste hoje, após 25 anos da CF, são ataques dos governos, como a tentativa de aprovação da PEC 215, que transfere do poder executivo para o poder legislativo (Congresso Nacional) as decisões sobre demarcações das terras indígenas. Nesse contexto, é possível observar que os governos e seus aliados estão em apoio aos representantes do agronegócio, representados pela bancada ruralista, no Congresso Nacional e no Senado, em contraposição ao lado da luta indígena. No entanto, afirma Alberto Terena: *“Nós não vamos correr, não vamos retroceder nessa luta”*.

Eliseu Guarani-Kaiowá destaca a importância das articulações indígenas no Brasil (APIB) e América Latina, reforçando a centralidade da luta por *tekoha*. Eliseu destaca que, embora o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) tenha demarcado oito reservas para o povo Guarani-Kaiowá, estas hoje são insuficientes para reprodução social e cultural deste povo. Daí a necessidade de retomada do *tekoha*, desabafa Eliseu *“não temos mais paciência de esperar as respostas do governo... é preciso fazer justiça com as próprias mãos... reocupando nossos territórios... pois aqui estamos sendo massacrados”*.

Eliseu destaca neste contexto a articulação dos Guaranis do Brasil, Argentina, Paraguai e Bolívia, sendo de suma importância o papel do protagonismo juvenil nessas lutas. *“Os jovens estão assumindo a luta... eles cresceram na luta, vendo os ataques e estão assumindo... Temos esperado 13, 15 anos ou mais na beira das estradas e não aguentamos mais... Não temos para onde ir... Estamos dentro de nosso território... e para nós não tem mais discurso bonito... Esse é o recado da base que está debaixo da lona preta”.*



Encerradas as exposições o debate aprofundou as questões relativas à demarcação dos territórios indígenas, demandando posicionamento do ANDES-SN sobre ao apoio à temática. O Professor Tonico Guaraní-Kaiowá, da Faculdade Intercultural Indígena da UFGD, levantou importante reflexão para nosso sindicato: Ao Estado desconsiderar os laudos antropológicos e estudos históricos produzidos pela academia, o Estado não desrespeita somente os povos indígenas, mas, também, a ciência e os cientistas. Como pensamos sobre isso? Como nos posicionamos enquanto cientistas, reunidos em um

sindicato nacional? Entendemos que essas e outras questões são de suma importância para aprofundar esta temática em cada seção sindical, filiada ao ANDES-SN.

Na tarde deste primeiro dia de atividades, realizou-se uma visita a Aldeia Panambizinho, do Povo Guarani-Kaiowá. Ali estavam em festa pela comemoração dos dez anos de retomada do “*tekoha*”. Ali crianças brincaram de “galinha e gavião” falando em guarani¹. Ali nos contaram suas histórias de luta e pediram apoio. Ali dançaram, rezaram, serviram, na esperança da construção de parcerias que possam fortalecer as lutas.



Casa de Oração – Aldeia Panambizinho – Povo Guarani Kaiowá (Dourados-MS).



Fotos: Festa, luta e resistência entre gerações.

Na Mesa intitulada “Situação das Terras Indígenas no Brasil”, participaram Gilberto Wataramy (CIMI-MT), Edir Pina de Barros (UFMT) e Anastácio Guarani-Kaiowá (Liderança do Povo Guarani).

Gilberto inicia sua exposição levantando a questão do Estado como dificultador do acesso a direitos. Embora os direitos indígenas já estivessem registrados no Alvará Regio de 1680, o Estado brasileiro adota a lógica do genocídio como forma de integração dos povos indígenas à sociedade não-indígena. São nessas bases que a lógica histórica da violência se mantêm após séculos. Dentre fatos históricos Gilberto cita o caso do Massacre do Paralelo 11, contra os Índios Cinta-Larga em Rondônia, em 1960. Para conhecimento das atrocidades históricas cometidas contra indígenas no período da ditadura, Gilberto recomenda a leitura do Relatório Figueiredo, escrito em 1968, pelo procurador Jader Figueiredo.



Gilberto Watamary.

Para Gilberto os anos de 1987-88 apresentaram-se como marcos para as lutas dos povos indígenas, que se materializa na CF, no entanto, 25 anos depois há um processo de retrocesso nas garantias de direitos. Tais retrocessos se expressam num amplo aparato legal contra os povos indígenas (PEC215; PL1610-96; PEC38-1999; PLP227-2012, dentre outros) e na expulsão dos povos indígenas de seus territórios para dar lugar aos mega-projetos desenvolvimentistas, como as Usinas Hidrelétricas de São Luiz do Tapajós e Jatobá na bacia do Rio Tapajós - AM, instaurando um conflito intenso com o Povo Munduruku. Para Gilberto, tal caminho para questão indígena no Brasil é resultado de uma opção de governo, que tem priorizado alianças com representantes do agronegócio, em todo país, como o Senador Blairo Maggi e a Senadora Kátia Abreu, dentre muitos outros.



A pesquisadora e poetisa Edir Pina Barros faz um relato de sua trajetória na luta com os povos indígenas e destaca o empecilho de retomada dos *tekoha* pela via da judicialização. Para Edir, num país no qual se registra algo em torno

de 670 terras indígenas (+- 90 povos sem contato com a sociedade não-indígena, de acordo com dados do CIMI) e 3.000 comunidades quilombolas, massacradas por processos lentos de reconhecimento e demarcação, a única esperança está na indignação. Para ela o projeto atual do capital é intercontinentalista, e, por isso, requer uma aliança intercontinental dos/as oprimidos/as.

Anástácio Guarani-Kaiowá inicia sua fala afirmando que a chegada dos europeus no Brasil não foi boa para os indígenas, *“pois bateu na nossa alma”*, afirma a liderança. *“A mentalidade estrangeira, do colonizador não respeita o meio ambiente, nem os povos originários... o Estado brasileiro reproduz isso até os dias atuais”*.



Anastácio Peralta – Liderança Guarani-Kaiowá/MS.

Com esse fundamento o Estado brasileiro traça e implementa políticas anti-indígena, afirma Anastácio. Muitas das ações estatais se fundamentam na negação dos indígenas sustentadas em mitos coloniais. Comenta Anastácio:

“Por que dizem que o Guarani não gosta de roça? Os não-indíós nos forçaram a trabalhar 12 a 15 horas por dia. Para nós roça se cultivava de manhã. O resto do dia é para outras coisas: caçar, pescar, descansar. Para nós isso é retomar o bem viver, ser feliz! Deus mandou os Guaranis para admirar a beleza da terra

e não para explorar... somos flores da terra. Temos que redescobrir a pedagogia da natureza. O sol quente vem, a nuvem encobre o sol, o pássaro canta e a gente se sente parte da natureza... o não índio da cidade não percebe nada disso”.

Para Anastácio, é preciso **descolonizar**. *“O branco colonizar os índios já foi, mas não dá pra o índio estudado colonizar seu povo”.* Descolonizando *“é preciso entrar na luta. Demarcação é entrar na terra e resistir... ficar esperando de Brasília e dos governos não avança e..se for para morrer por uma boa causa não tem problema, já falei com Nãnderu e nós vamos ser salvos”.*

O debate aprofundou o papel que o Estado tem exercido historicamente e buscou apontar ações conjuntas, entre os diferentes movimentos sociais, inclusive o sindical.

No sábado, 02 de novembro, a manhã se iniciou com a Mesa intitulada “Situação das terras quilombolas no Brasil/Terra de negro”, que contou com a participação de Antônio Eustáquio de Moura (UNEMAT) e Dora Lúcia de Lima Bertúlio (Fundação Palmares).



Antônio Estáquio – UNEMAT (Campus de Carcere –MT)

Eustáquio Moura traz um resgate das comunidades negras no Brasil e mais especificamente no Mato Grosso, trabalhando o diferencial entre os conceitos *restrito* e *amplo* de comunidade quilombola. Destaca o crescimento do reconhecimento dessas comunidades no período de 2000-2011, reafirmando que o critério da identidade social dos povos quilombolas é um direito garantido pelo artigo 68, do ato das disposições transitórias da CF de 1988.

Dora Lúcia trabalha sua explanação a partir da questão: Ao se falar de quilombo no Brasil de que direito estamos falando? Para ela, estamos falando do direito de viver numa sociedade sem racismo. Por ele os negros, historicamente, foram tratados de forma marginal em nossa sociedade. Embora haja um aparato legislativo visando superar o racismo (Artigo 68 da CF de 1988; Decreto 4887/2003; Decreto 5051/2004 – Convenção 169 da OIT; Decreto 6040/2007), na sociedade brasileira o preconceito leva a uma situação em que majoritariamente a população branca tem a possibilidade de transitar da pobreza à riqueza, e a maioria negra a pobreza é considerada como “lugar” de vida e reprodução. Nesse contexto, há uma culpabilização da população negra por sua condição de exclusão, camuflada por uma falsa democracia racial.



Dora Lúcia Bertúlio – Fundação Palmares.

Para Dora Lúcia, há um conjunto de entraves para o avanço do reconhecimento e demarcação das terras de negros, bem como para ações mais enérgicas de combate ao racismo. Dentre elas destaca:

No âmbito do governo:

- Falta de prioridade para que o INCRA execute sua função;
- Política desenvolvimentista, insustentável, que avança sobre os territórios das comunidades quilombolas.

No âmbito da sociedade em geral:

- Racismo nas relações sociais e econômicas de propriedade;
- Rejeição ao reconhecimento do direito da população negra e quilombola de ser proprietária de terras.

No âmbito da elite econômica:

- Produção e reprodução dos valores sociais racistas na sociedade;
- Especulação imobiliária (agronegócio/Mineração/Turismo);
- Intervenção direta nas políticas estatais.

No âmbito do Estado por meio do poder judiciário:

- Ausência de estudos e reflexões sobre as temáticas;
- As escolas de Direito tradicionais que não incluem as questões raciais na formação dos/as advogados/as.

No debate aprofundou-se a questão da negação do direito a terras de negros, como parte de uma política do Estado brasileiro, que via judicialização dos processos tem massacrado a população quilombola em diversas regiões do país.

A última mesa do evento, intitulada “Universidade, territórios dos povos indígenas e projetos do capital” contou com a participação da Professora Irenilda Santos (UFMT) e do Professor Tônico Benites (UFGD). Irenilda Santos destacou que a concepção da sociedade, ao se posicionar contrária aos direitos das sociedades originárias, reflete nos comportamentos e ações da maioria dos/as docentes das universidades. Tônico Benites, por sua vez, resgata as situações históricas vividas pelos Guaranis-Kaiowás, submetidos ao trabalho forçado, a serviço do capital e questiona o papel da universidade e os cientistas na superação dessa situação de exploração e opressão.



Tônico Benites – Índio Guarani-Kaiowá – Professor da UFGD.

Encerrada a mesa final foi realizada uma plenária final, na qual se encaminhou a aprovação de uma carta repudiando a perseguição aos povos indígenas e quilombolas e cobrando dos governos garantias de direitos para essas populações, como aqueles vinculados a posse de seus territórios.

Avaliação das possíveis consequências e/ou aplicações na base docente da UFRPE:

Partindo do princípio que a sociedade brasileira é fragmentada em classes e que o governo do PT e seus aliados optaram por governar para burguesia, cabe afirmar que a universidade brasileira tem se perpetuado como um instrumento de construção do conhecimento acadêmico a serviço do capital e seus projetos. Poderíamos, pois, nos perguntar: Qual o papel da universidade

para fortalecer tais projetos? Construir argumentos técnicos e científicos que visam perpetuar a exploração e opressões sobre a classe trabalhadora. Essa situação da academia brasileira é cômoda e não mudará de dentro para fora. Ela vem se perpetuando, reproduzindo uma instituição elitista, branca, homofóbica, machista, consolidada no sul e sudeste do país. Essa realidade reflete diretamente em como a universidade e os/as acadêmicos veem os povos indígenas e quilombolas: os veem de um lugar asséptico e distante, como se perguntassem: *E nós com isso de pretos e índios?*

Nesse contexto, o ANDES-SN, como um sindicato classista, deve buscar implementar ações que vá além do apoio, através de moções ou documentos similares. É preciso introduzir esse debate nas regionais e seções sindicais, mas, também, arregaçar as mangas, calçar as botas, pisar o chão barrento, vivenciar acampamentos e ocupações, viver a luta da classe trabalhadora. Este é um desafio para nosso sindicato, pois essa tarefa não se faz somente nos gabinetes, orientando teses e dissertações, nem tampouco nas sedes das seções sindicais; a luta necessária se faz nas ruas, nas câmaras municipais, nas sedes dos governos estaduais, nas assembleias legislativas, delegacias, nos fóruns, congresso nacional, marchas, processos eleitorais, ou seja, em todos os espaços em que estamos disputando poder.

Neste sentido, indicamos à ADUFERPE:

- 1) Realização do Seminário sobre “A questão agrária no nordeste: Quilombolas, Indígenas e camponeses”.
- 2) Articulação para apresentação de um Texto Resolução ao 33º Congresso do ANDES-SN, solicitando apoio financeiro do nosso sindicato para os Povos Guarani-Kaiowá e Terena.
- 3) Pautar estas discussões no âmbito dos Grupos de Trabalho: GTPAUA e GTPCGEDS.



¹ Entre as 200 “línguas” que ainda hoje se fala no Brasil, o Guarani é uma delas. Os Guarani-Kaiowá começam a falar a língua portuguesa a partir dos três anos de idade.